



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Entrevista à Equipe da Revista Newsweek

Jornalista: Presidente, a questão do meio ambiente, da devastação das florestas, é motivo de crescente preocupação internacional. Como seu governo está tratando do assunto, já que um dos principais pontos dessa preocupação internacional é a Floresta Amazônica?

Presidente: O Brasil não tem nada a esconder a respeito de qualquer assunto. O novo Governo brasileiro recebe como colaboração extremamente válida qualquer crítica, qualquer denúncia, a respeito do tema meio ambiente ou de qualquer outro. Não temos o complexo que no passado afetava os governantes brasileiros, de achar que críticas construtivas representam uma ameaça à nossa soberania. Ao contrário, somos muito ciosos da nossa soberania para supor que simples críticas possam colocá-la em risco. Nada temos a esconder porque não nos falta coragem para enfrentar os problemas e buscar dar-lhes as soluções devidas. Nesses poucos meses de governo, já conseguimos algumas realizações importantes na questão do controle ambiental. É verdade que ainda é pouco, diante da enorme tarefa que temos pela frente. Mas o importante é que já há, no Brasil de hoje, a consciência de que é importante preservar a natureza. E os brasileiros sabem que têm um governo atento e atuante, um gover-

no que tem uma verdadeira obsessão pela questão da preservação não somente da nossa Amazônia, mas de todo o nosso planeta.

A nossa geração foi muito afetada pela herança ecológica que recebeu, um planeta devastado. Cabe agora a nós, à nossa geração, deixar um planeta habitável a nossos filhos e netos. Precisamos de uma discussão madura sobre essa questão. Não adianta ficarmos nos recriminando mutuamente, o que precisamos é de nos sentar à volta de uma mesa para discutir, de forma madura e responsável, o que cada um pode fazer para ajudar o outro na questão da preservação ambiental. E nesse aspecto, o Brasil tem algo a reivindicar: o acesso do País, dos países em desenvolvimento, de modo geral, às tecnologias ambientais, àquelas que nos ajudem a encontrar formas mais eficazes e mais baratas de impedir a devastação do planeta. E quem tem essas tecnologias são os países mais avançados. Tenho a certeza de que em 1992, quando o Brasil sediará a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, teremos a oportunidade de fazer desse evento um marco importante na discussão de soluções para a questão ambiental.

Política Nuclear

Jornalista: A imprensa noticiou, tem noticiado, a existência de um poço situado na região amazônica que serviria, ao que se alega, para a realização de testes nucleares. O que o senhor nos poderia dizer sobre o assunto e qual é a política de seu governo sobre a questão nuclear?

Presidente: O que nós verificamos é que, de fato, existia um poço, com um metro e vinte de diâmetro e cerca de 300 metros de profundidade, revestido de aço que, por sua conformação, por suas especificações, serviria para teste de explosão de artefato nuclear. Ninguém sabe quem o fez. É muito difícil se saber quando, como, quem foi o responsável, porque eram questões

que no passado se conduziam de forma clandestina, fora do controle até dos setores responsáveis pela questão nuclear dentro do próprio Governo. A essa altura, não nos interessa saber quem o fez. O fundamental é que os tempos são outros, o Governo é outro. O poço foi tapado, está sendo tapado com concreto, e não há mais nenhuma possibilidade de o Brasil ingressar numa aventura nuclear. Além do que, estamos promovendo uma profunda reavaliação de todo o programa nuclear brasileiro para saber, juntamente com a sociedade e sob o seu controle, o que desejamos em relação à questão. Não será o Governo, nem uma meia dúzia de pessoas dentro do Governo, que estabelecerão as direções, mas a sociedade.

Golfo Pérsico

Jornalista: É do conhecimento corrente a densa relação comercial do Brasil com o Iraque. Diante desse relacionamento, como se coloca o Brasil em relação aos desenvolvimentos recentes no Golfo — a invasão do Kuwait pelo Iraque — e à posição da ONU sobre a matéria?

Presidente: Bom, a posição do Brasil e do meu governo é muito clara em relação a isso. Damos integral e absoluto apoio à Resolução 661 das Nações Unidas e lamentamos, além de condenar profundamente, a invasão do Kuwait por um outro país. Essa ação fere a comunidade mundial num momento particularmente positivo de sua vida, quando se prenunciava a construção de uma década de solidariedade, de paz, de tranquilidade, com os eventos que ocorreram, por exemplo, no Leste europeu. Enfim, estamos solidários à resolução da ONU e apoiamos todas as decisões emanadas de seu Conselho.

Jornalista: A Argentina acaba de anunciar que enviará navios ao Golfo, unindo-se aos esforços aliados conjuntos. O que o senhor acha disso, o Brasil pretende seguir o mesmo caminho?

Presidente: Não, o Brasil não adotará esse tipo de posição. Quanto à atitude do Presidente Carlos Menem, não me cabe nenhum tipo de apreciação.

Jornalista: O bloqueio do Golfo prejudica o abastecimento de petróleo brasileiro?

Presidente: Nós importávamos do Kuwait e do Iraque algo em torno de 160 mil barris diários. Conseguimos compensar a perda desse suprimento com contratos que fizemos com alguns países como o Irã, a Venezuela, Angola e a Nigéria. Portanto, hoje não enfrentamos nenhum tipo de dificuldade no abastecimento; o petróleo que recebíamos desses dois países, antes da crise no Golfo, nos está sendo compensado com fornecimentos adicionais desses países que acabei de mencionar.

Armamentos

Jornalista: Tem-se ouvido fortes críticas ao Brasil por conta da venda de armamentos ao Iraque. O que o senhor poderia dizer sobre isso?

Presidente: O Brasil exportou muito pouco em armamentos se comparado ao que exportaram os países industrializados. Se formos conferir a relação dos armamentos de que dispõe as Forças Armadas iraquianas, vamos constatar que uma cifra ínfima, algo em torno de 0,03%, representa produtos de origem brasileira. E, disso, a maior parte é representada por aviões de treinamento «Tucano». Ou seja, quem armou o exército do Iraque com bombas, com aviões moderníssimos, com armas químicas, foram os países desenvolvidos e não o Brasil.

O que está ocorrendo hoje no Golfo Pérsico afeta duramente o Brasil, sem dúvida alguma. O elevado aumento nos

preços do petróleo coincidiu com o momento em que no Brasil se estabeleceu um programa econômico muito rígido. Mas os problemas causados ao Brasil são muito menores do que o extremo incômodo que esse fato causa à paz mundial. O mundo hoje vive sobressaltos, indignação mesmo, por estar vendo que esse período, que se prenunciava de paz, está maculado por uma ação que conflita com os ditames da Carta constitutiva das Nações Unidas, da qual todos somos signatários.

Dívida Externa

Jornalista: Como estão evoluindo as negociações sobre a dívida externa brasileira com os bancos credores? Já se pode pensar em prazos?

Presidente: O que temos de concreto, hoje, é que o Brasil acaba de assinar uma carta de intenções com o FMI. O Fundo, aliás, já reconheceu o programa brasileiro como um vigoroso e corajoso programa de estabilização econômica. Ao mesmo tempo, a instituição reconhece que o caminho escolhido pelo Brasil, a solução do Brasil para o problema brasileiro, está, coincidentemente, de acordo com o que o Fundo acha que o País deveria fazer. Esse é o primeiro fato. O segundo é que, já em outubro, estaremos iniciando as conversações com os bancos credores; eles querendo receber os atrasados, nós querendo uma renegociação que não penalize nosso crescimento econômico. O que em essência desejamos é assinar um acordo com os bancos que possamos cumprir e não ficar naquela situação do passado, quando sete ou oito cartas de intenções foram assinadas e descumpridas. Queremos um documento que possamos honrar, o que significa que temos que encontrar um denominador comum nessa negociação, um denominador que nos permita voltar a pagar o que estamos devendo, mas dentro de limites que não impeçam nosso crescimento econômico. Eu acredito nas chances de êxito dessa negociação.

Iniciativa para as Américas

Jornalista: Qual a sua percepção sobre a proposta, feita pelo Presidente Bush, da criação de uma zona de livre comércio no hemisfério? O senhor é favorável à iniciativa?

Presidente: Trata-se de uma proposta absolutamente bem-vinda.

Todos nós, talvez com raríssimas exceções, entendemos a iniciativa do Presidente Bush como inovadora, na medida em que abre a discussão sobre temas tão importantes como a dívida externa, as relações comerciais e a integração, que são fundamentais para o desenvolvimento conjunto de nossa região. Desse modo, a iniciativa foi muito bem recebida. Já estamos com os trabalhos adiantados, no sentido de fornecer ao Governo norte-americano, e ao Presidente Bush, algumas sugestões sobre formas de operacionalizar a iniciativa, para não deixá-la cair no vazio. Nossos chanceleres — do Brasil, da Argentina e do Uruguai — já se reuniram no começo de setembro para tratar do assunto. Esperamos poder encaminhar, brevemente, as sugestões a que me referi.

Jornalista: O senhor não poderia nos adiantar algumas dessas idéias que estão sendo estudadas?

Presidente: O Presidente Bush tem uma idéia muito nítida do peso que representa a dívida externa para os países em desenvolvimento, para suas economias. O próprio Plano Brady, ao propor a redução do principal e dos juros da dívida, já demonstrava, na prática, essa percepção de que não é razoável asfixiar-se os países em desenvolvimento, inclusive pelos riscos que poderiam advir ao próprio sistema financeiro internacional e também ao comércio. Acima disso tudo, talvez mais importante do que isso tudo, há hoje, também, a percepção de que se deve reforçar o sentimento de solidariedade universal. Ultrapassada a fase da guerra fria, do mundo bipolar, é natural que se evite

uma nova bipolaridade entre países ricos, de um lado, e pobres, do outro. O mundo caminha para um momento de integração, de interdependência, e isso sugere a solidariedade. Acredito que será dentro desse espírito que todas as ações, não somente do Governo norte-americano mas de todo o mundo desenvolvido, estarão sendo pautadas daqui para a frente.

Inflação

Jornalista: Observa-se, hoje, uma certa retomada do processo inflacionário no Brasil. O senhor teme pelo futuro de seu Plano econômico?

Presidente: Como o senhor sabe, saímos de uma inflação que atingia, em março, aproximadamente 90% ao mês e a reduzimos para o patamar de 12%, em que se encontra hoje. Foi um bom avanço, mas não ainda o suficiente. Parece que será mais difícil trazê-la de 10% para zero do que foi trazê-la de 90 para 12%. O importante a considerar, nesse caso, é que o Governo está há seis meses com um sério programa em execução, baseado em políticas monetária e fiscal muito eficientes; o importante é manejá-las corretamente para que os preços continuem a cair e a inflação se estabilize em níveis aceitáveis. Cabe notar, e se trata de um ponto importante, que o programa de estabilização está buscando combater a inflação dentro de um regime de preços liberados e de realidade tarifária, o que não acontecia em programas anteriores, no Brasil, onde havia o congelamento de preços e o represamento das tarifas públicas.

O quadro de transformações por que atravessa o Brasil é muito mais amplo, porém, do que o produzido pelas políticas monetária e fiscal. Essas políticas são importantes, sim, como atestam a reversão das expectativas do déficit público para 1990; de uma posição deficitária equivalente a 9% de nosso PIB, passamos a trabalhar com a projeção de superávit entre 0,5% e 1%. Mas os esforços vão muito além: tínhamos 27 ministérios,

hoje são 12; tínhamos uma máquina burocrática enorme, afastamos 300 mil funcionários desnecessários; temos um processo de privatização enorme a caminho. Tudo isso nos leva a crer, com firmeza, que a inflação vai baixar. Isso para não falar no contratempo que significou a elevação do preço do barril de petróleo que em curto espaço de tempo passou de 18 para 40 dólares; isso para um produto essencial, do qual temos de importar 50% do nosso consumo.

Liberação da Economia

Jornalista: Senhor Presidente, voltando ao Plano econômico brasileiro, perguntaria sobre as dificuldades que vem encontrando para implementá-lo. Quais são essas principais dificuldades?

Presidente: Ao longo das últimas décadas constituíram-se, no Brasil, duas categorias extremamente nocivas ao nosso desenvolvimento e à nossa integração no mundo moderno. De um lado, criou-se uma camada de capitalistas que se acostumaram a viver à margem da competitividade, sempre ligados a favores do Governo; de outro, instalou-se o corporativismo dos trabalhadores, daqueles que defendiam e continuam defendendo a estatização, o gigantismo do Estado, privilégios, a estabilidade no emprego. Então, desses dois lados estamos enfrentando resistências ao esforço pela modernização do País. Entre os empresários brasileiros temos uma minoria acostumada a praticar margens de lucro excessivamente elevadas; entre os trabalhadores, os que querem ter ganhos salariais sem aumento de produtividade.

O caminho que propomos é o do diálogo. Desejamos nos sentar à mesa para discutir com todos — patrões, empregados, Igreja, partidos políticos, entidades de classe — para buscar um denominador comum que nos permita, ao menor custo social possível, implementar com sucesso nosso programa econômico. Deve-se notar que o grande entendimento nacional já houve, foi o entendimento nas urnas. Tivemos uma eleição de dois turnos

e nos dois, nossa proposta saiu vitoriosa. Tudo o que o Governo está aplicando foi proposto em nossa campanha. Eu propus a redução do tamanho do Estado, meu adversário pregava o crescimento do Estado; eu pregava o fim do corporativismo, ele pregava sua manutenção; eu pregava a privatização, ele a estatização; eu a negociação vantajosa com o Fundo Monetário Internacional, ele, o rompimento com o FMI e não pagar nada da dívida externa. Então, quando a população deu o seu voto, fez a opção por nosso programa. Esse foi o grande entendimento nacional. O que temos de fazer agora, nessa mesa de negociação, é saber como vamos operacionalizar, ao menor custo possível, o nosso programa econômico.

*Entrevista concedida
à equipe da revista Newsweek por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
em Nova Iorque, EUA,
e publicada na edição de outubro de 1990.*